

Processos autolesivos na adolescência: a percepção de professores

Procedimientos autolesivos en la adolescencia: La mirada de docentes

Self-injury in adolescence: The perception of teachers

Wesley Júnior da Silva

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia - MG/Brasil

ORCID: 0000-0002-3219-0115

E-mail: wesleyjrs@yahoo.com.br

Renata Fabiana Pegoraro

Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia - MG/Brasil

ORCID: 0000-0001-6052-5763

E-mail: renata.pegoraro@ufu.br

Resumo

A violência autoprovocada é um problema entre adolescentes, no mundo e no Brasil. Este artigo analisa como os professores de Ensino Fundamental e Médio identificam as autolesões em adolescentes e quais ações são realizadas após tomarem conhecimento dessas práticas. Trata-se de um estudo quanti-qualitativo, com a aplicação de um questionário online com questões fechadas e abertas que investigaram aspectos sociodemográficos dos 12 professores que participaram da pesquisa e sua percepção sobre o contexto das possíveis ocorrências das autolesões entre os adolescentes, as ações realizadas frente aos possíveis casos ocorridos. A análise de questões fechadas ocorreu por estatística descritiva (frequência e porcentagem) e as questões abertas foram agrupadas pela temática. Os professores tinham, em sua maioria, entre 32 e 40 anos, 6 a 15 anos de docência e ao menos dois anos na escola pesquisada. Declararam não se sentirem preparados para lidar com casos de autolesão, sentem falta de capacitação e material informativo, e oito deles já lecionaram para aluno que praticou autolesão, sendo, muitas vezes, essa ação informada por outra pessoa e não percebida diretamente pelo professor. O estudo destaca a necessidade de construção de diálogo entre os setores de Educação e Saúde, para o planejamento e implementação de ações voltadas para promoção de saúde, capacitação docente e acompanhamento de discentes e familiares.

Palavras-chaves: Autolesão; Professores; Escola.

Resumen

La violencia autoprovocada es un problema entre adolescentes en Brasil y en el mundo. Este artículo analiza cómo los docentes de la enseñanza primaria y secundaria identifican las autolesiones en adolescentes y qué acciones se realizan tras enterarse acerca del hecho. Se trata de un estudio cuantitativo y cualitativo, con aplicación de un cuestionario en línea con preguntas cerradas y abiertas, que investigó aspectos sociodemográficos de los 12 docentes que formaron parte de la investigación y su percepción acerca del contexto de las posibles incidencias de autolesiones frente a los posibles casos ocurridos. Mientras el análisis de preguntas cerradas ocurrió por medio de estadística descriptiva (frecuencia y porcentaje), las preguntas abiertas se agruparon por temática. En su mayoría, los docentes tenían entre 32 a 40 años de edad, 4 a 15 años de docencia y por lo menos dos años de experiencia en la escuela investigada. Declararon que no sentían que estaban listos para ocuparse de casos de autolesión, pues echan de menos

una capacitación y material informativo. Entre ellos, ocho impartieron clase a un alumno que practicó autolesión. Dicha acción no fue percibida directamente por el docente, sino por terceros. El estudio señala la necesidad de construcción de diálogo entre los sectores de Educación y Salud para la planificación e implementación de acciones destinadas a la promoción de salud, formación docente y seguimiento a alumnos y sus familiares.

Palabras clave: Autolesión; Docentes; Escuela.

Abstract

Self-inflicted violence is a problem between teenagers around the world and in Brazil. This paper analyzes how elementary and high school teachers identify self-injuries in students and which interventions are made after discovering the cases. It is research of quantitative and qualitative approaches that investigates sociodemographic aspects of twelve Brazilian teachers

who agreed to participate in the study, through an online questionnaire, with open and closed-ended questions, about their perception and reactions to the occurrences of self-harm among adolescents. Closed-ended questions were analyzed using descriptive statistics (frequency and percentage) and open-ended questions were grouped by theme. The participants were between thirty-two and forty years old, six to fifteen years of teaching and at least two years in the researched school. All declared that they did not feel prepared to deal with cases of self-injury, reporting a lack of training and information material; of

these, eight teachers have already taught to a student who practiced self-injury, and this action is often informed by another person and not directly perceived by the teacher. The study points to the need to build dialogue between the Education and Health sectors, for the planning and implementation of actions aimed at health promotion, teacher training and monitoring of students and family members.

Keywords: Self-injury; Teachers; School.

Introdução

Este artigo aborda a forma como os professores identificam a violência autoprovocada por alunos e ações que realizam quando se deparam com essas práticas. O fenômeno da autoviolência tem se destacado significativamente como campo de trabalho nos consultórios e serviços de saúde mental, podendo ocorrer com ou sem intenção suicida. Além desses espaços, nota-se uma incidência desse comportamento nas escolas e ambientes sociais, tendo uma relevância marcante em adolescentes e jovens (Azevedo et al., 2019; Bastos, 2019; Tardivo et al., 2019).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2006), adolescentes são pessoas entre 10 e 19 anos de idade. Esse grupo corresponde a pouco mais de 15% da população mundial, em números, aproximadamente, de 1,2 bilhão de adolescentes.

No contexto da legislação brasileira, adolescente é todo ser humano que possui entre 12 e 18 anos de idade, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 2019). De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), esse grupo é demarcado por uma população com idade estimada entre 10 e 19 anos, e no ano de 2022, representava por estimativa, aproximadamente, 29.895.107 pessoas, correspondendo a cerca de 13,9% da população total do país.

Como apontado, os adolescentes são um grupo social no qual a violência autoprovocada é uma preocupação a ser enfrentada. A prática de autoviolência consiste em provocar

ferimentos contra a superfície do próprio corpo, podendo ser utilizado, para isso, algum tipo de instrumento (*American Psychiatric Association* [APA], 2014). A utilização de objetos visando a prática autolesiva amplia a possibilidade de sua ocorrência. Os praticantes tendem a dispor de lâminas para se cortar, ferir-se com agulha, cigarro, ou mesmo esfregar repetidamente uma borracha em sua pele, como consequência são provocadas múltiplas formas de contusões como cortes e queimaduras, ocasionando dores, sangramentos além de variadas cicatrizes. Constata-se, na literatura, o uso de variados termos para designar esse fenômeno. Dentre eles, destacam-se: autoviolência, autolesão, automutilação e autoagressão, que são considerados, no entanto, estigmatizantes; escarificação e *cutting*, relacionados especificamente ao ato de se cortar; flebotomia etc. (Demantova, 2017; Pegoraro & Vicentin, 2022).

O estudo de Tostes (2017) apresenta uma diferenciação entre os termos autolesão e automutilação, por entender que:

A autolesão se remete a todo ato voluntário que tem como escopo consciente, danificar a estrutura corpórea, gerando dores decorrentes de lesões leves e moderadas e que não tenham intento consciente de suicídio. Já a automutilação entendemos todo ato voluntário que tem como escopo consciente destruir ou arrancar partes da estrutura corpórea, gerando

mutilações sempre duradouras a ponto de criarem desfigurações. (p. 17).

Ainda consultando o DSM-5 (APA, 2014), é possível identificar que tal manual denomina como “Autolesão não suicida” os atos de escarificação, e os define como “dano intencional auto-infligido à superfície de seu corpo, provavelmente, induzindo sangramento, contusão ou dor (ex.: cortar, queimar, fincar, bater, esfregar excessivamente) ... (i.e.: não há intenção suicida)” (p. 804). Além disso, apresenta-se como umas das características essenciais para o diagnóstico da autolesão não suicida “o comportamento repetido do próprio indivíduo de infligir lesões superficiais, embora dolorosas, à superfície do seu corpo” (APA, 2014, p. 804).

Diante da dificuldade de encontrar uma nomenclatura padrão para designar o comportamento das pessoas que infringem violência contra si, o presente estudo adotará o termo autolesão para definir as violências autoprovocadas sem intenção de suicídio.

Já sobre os fatores que levam os adolescentes a se autolesionarem, Alves (2019) descreve que estes buscam o alívio para suas tensões e raiva. Esses fatores também são descritos no estudo de Castro e Couto (2021), segundo os quais, esse comportamento surge acidentalmente ou por uma ação impulsiva para expressar ou trazer alívio para raiva, medo ou crises de ansiedade, buscando, dessa forma, por meio da dor, a retomada do sentimento de continuidade de si e a luta pelo domínio de suas emoções e sentimentos.

Para Suyemoto (1998, citado por Tostes, 2017, p. 40), “os atos autolesivos são utilizados para alívio dos sentimentos de culpa, por sacrificarem uma parte do corpo, favorecendo, com isso, que a pessoa continue vivendo”.

Nesse contexto, Aratangy, Russo, Giusti e Cordás (2018) descrevem que a automutilação advém de problemas emocionais, da necessidade de descarregar sentimentos negativos como raiva e angústias,

após ocorrências de *bullying*, ou preencher os chamados “vazios internos” por meio de atos agressivos diretamente contra si mesmo, lesionando seu corpo de forma repetitiva, na maioria das vezes, escolhendo partes de fácil acesso, provocando feridas superficiais, sem a intenção de cometer suicídio.

No entanto, o estudo de Fonseca, Silva, Araújo e Botti (2018) destaca que a prática autolesiva é um fator que pode anteceder os comportamentos suicidas, mesmo que aparentemente o indivíduo não demonstre funcionalmente a intenção de autoextermínio, pois o uso irracional de força contra o próprio corpo pode representar uma ameaça contra si mesmo. Portanto, o monitoramento dos atos autolesivos pode contribuir com a prevenção de tentativas de suicídio.

Ressalta-se, ainda, a complexidade em definir se há ou não a intenção suicida em uma ação autolesiva. Quando há o objetivo de tirar a própria vida, os danos médicos tendem a ser maiores, e quando são adotados métodos extremamente violentos, podem ocorrer grandes impactos contra o corpo, com ampliação da chance de morte (Aragão Neto, 2019). O autor destaca ainda aspectos que definem a intenção suicida diferenciando das práticas autolesivas sem intenção suicida - ASIS:

Intenção suicida: a diferença básica da intencionalidade dos dois comportamentos é o objetivo principal: no suicídio, o indivíduo quer eliminar uma dor que julga insuportável de forma definitiva, enquanto na ASIS a motivação é melhorar o estado de angústia, e não terminar de vez com o estado de consciência. É uma busca por modificar o estado de dor emocional, sentimentos como raiva, culpa, ansiedade, tensão, tristeza, frustração, entre outros afetos intoleráveis. (Walsh, 2012 citado por Aragão Neto, 2019, pp. 30-31).

O ECA (2019) afirma que “É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente” (p. 46). Ainda que, no Estatuto, não exista nenhuma menção aos processos autolesivos na adolescência, por fugir ao seu propósito, o documento faz uma ressalva no Artigo 70-A, parágrafo terceiro, sobre a necessidade de que os profissionais que atuam com adolescentes se capacitem para evitar qualquer risco ou dano a estes:

III - a formação continuada e a capacitação dos profissionais de saúde, educação e assistência social e dos demais agentes que atuam na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente para o desenvolvimento das competências necessárias à prevenção, à identificação de evidências, ao diagnóstico e ao enfrentamento de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente; (Incluído pela Lei nº 13.010, de 2014) (ECA, 2019, pp. 46-47).

Esse desafio enfrentado pelos profissionais que lidam diretamente com os adolescentes, sejam educadores ou trabalhadores da área da saúde, também seus familiares, cresce mediante a necessidade de analisar e entender os aspectos motivacionais, bem como as consequências da autoagressividade e seu impacto na trajetória de vida dos adolescentes em direção à vida adulta (Azevedo et al., 2019).

Os processos autolesivos, sejam praticados no âmbito doméstico ou escolar, têm se tornado crescentes nos últimos anos e demandam uma grande preocupação por parte dos profissionais da saúde, assim como dos profissionais da educação. Há, portanto, a necessidade de que sejam criados programas de atenção e cuidados a estes adolescentes, bem como a seus pais e cuidadores, abrangendo toda a comunidade com ações que venham a prevenir a prática da autolesão (Tardivo et al., 2019).

Esses cuidados também precisam ser reforçados no âmbito escolar, pois muitos dos profissionais da educação não possuem condições de identificação de casos autolesivos entre seus alunos. A OMS (2006) destaca a importância de esse tema ser trabalhado com os componentes da comunidade escolar: “Os programas de educação na escola podem ajudar os professores a aprender como identificar estudantes potencialmente suicidas, e a treinar os estudantes para a consciencialização de como podem ser úteis para os seus colegas com problemas” (p. 22), pois apenas uma pequena parte, ou seja, 25% dos alunos que tiveram ideias suicidas, contaram a um adulto, mas, provavelmente, pediram ajuda aos amigos, tornando-se relevante o preparo desses profissionais na detecção do caso.

Faz-se necessário, portanto, compreender o papel da escola frente às práticas autolesivas praticadas por adolescentes que, em sua grande maioria, frequentam os anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio. Essa atuação da escola ganhou ainda mais relevância com a implementação da lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio no Brasil e tornou compulsória a notificação de atos autolesivos, tanto os suspeitos quanto os confirmados. Seja estabelecimento de ensino público ou privado, o Conselho Tutelar deverá ser acionado imediatamente, sendo todos os profissionais envolvidos obrigados a manterem o sigilo. No artigo 6º, parágrafo 5º, é relatado sobre o dever da escola em preparar os professores e demais profissionais a realizarem as notificações: “Os estabelecimentos de ensino públicos e privados de que trata o inciso II do *caput* deste artigo deverão informar e treinar os profissionais que trabalham em seu recinto quanto aos procedimentos de notificação estabelecidos nesta Lei” (Lei nº 13.819, 2019). Essas práticas nos levam a questionar: os profissionais que atuam nessas unidades escolares estão preparados para atenderem às prerrogativas dessa nova lei?

A escola idealmente pode se configurar como um espaço que pode colaborar para a proteção das práticas autolesivas, sendo um ambiente saudável e acolhedor, influenciando, assim, o adolescente na formação de uma boa imagem sobre si (Alves, 2020). No entanto, deve-se ressaltar que “a escola não é um lugar perfeito, onde tudo funciona bem, existem problemas que precisam ser analisados e resolvidos por sua gestão, ou seja, precisam ser identificadas quais são as demandas sociais existentes neste espaço” (Silva & Ferreira, 2014, p. 10).

Em uma perspectiva mais crítica, Souza, Puentes e Silva (2017, p. 563) apontam que são exigidos do professor “determinados conhecimentos e habilidades que ultrapassam o domínio dos conteúdos e apontam para a importância de saber conduzir as relações interpessoais, considerando as características psicológicas” dos adolescentes para os quais lecionam. Portanto, não é possível resumir a docência ao “conhecimento dos conteúdos e competência técnico-metodológica, mas pressupõe a sensibilidade do professor para com os sujeitos da aprendizagem” (p. 563), o que requer a formação continuada do docente.

Neste contexto, as autoras ainda destacam a importância da “sensibilidade do professor para com os sujeitos da aprendizagem, sujeitos que vivenciam etapas de vida cujas condições e necessidades não podem ser ignoradas” (Souza, Puentes, & Silva, 2017, p.563). Como apontado anteriormente, a violência autodirigida é um evento a ser considerado na etapa desenvolvimento de adolescentes e, a partir da Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019 que dispõe sobre a necessidade de notificação, constam como instituições que devem efetuar notificação não apenas os serviços de saúde, mas também unidades de ensino. É relevante destacar que a realização de pesquisas sobre práticas autolesivas no ambiente escolar se faz essencial, para que se conheça o nível da prática e, a partir dessa percepção, a escola, por meio da comunidade escolar, professores, especialistas e gestores, tenha maiores condições de apoiar seus alunos.

Uma das saídas para o enfrentamento das práticas autolesivas, em qualquer área, é conhecer as causas desse fenômeno, para que seja possível identificar adequados mecanismos de enfrentamento. Frente a isso, este estudo emergiu com o objetivo de analisar como os professores identificam as autolesões em adolescentes e quais ações são realizadas após tomarem conhecimento dessas práticas.

Método

Trata-se de um estudo quanti-qualitativo e a escolha por esse método de pesquisa se deu pelo fato de que este possibilita o diálogo dos dados quantificados nas tabelas, com a análise, interpretação e descrição deles (Gatti, 2006).

Cenários de pesquisa

A pesquisa foi realizada em duas escolas estaduais, com classes de Ensino Fundamental II e Ensino Médio, localizadas em um município de médio porte do Centro-Oeste brasileiro. As escolas foram escolhidas por se localizarem uma na região central e outra na periférica de um mesmo município. Nesse sentido, o intuito da escolha foi a diversificação de experiências. Na unidade escolar A, estavam lotados, à época do início da pesquisa, 25 professores e matriculados 435 alunos (173 no Ensino Fundamental II e 262 no Ensino Médio), enquanto, na unidade escolar B, 21 professores e matriculados 452 alunos (180 no Fundamental e 272 no Ensino Médio).

Participantes

Participaram da pesquisa 12 professores atuantes nas duas escolas estaduais com classes de Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Os critérios de inclusão de participantes professores foram: aqueles que lecionaram aulas presenciais nessas escolas há, pelo menos, dois anos quando a pesquisa teve início, e ainda tinham vínculo empregatício com a escola no momento do convite. Todos os participantes deveriam ter idade igual ou superior a 18 anos.

Instrumento

Foi elaborado como instrumento de pesquisa um questionário para respostas *online* via *Google Forms*, que investigou: (i) questões sociodemográficas, como idade, sexo, vínculo empregatício do professor, experiência profissional e tempo de docência; (ii) questões fechadas e abertas, que solicitavam informações sobre os fatores que levaram os professores a escolherem a profissão docente, sua percepção sobre os atos autolesivos, a capacitação referente à temática, o contexto das possíveis ocorrências das autolesões entre os adolescentes, as ações realizadas frente aos possíveis casos ocorridos e o que a escola pode fazer para minimizar a incidência de novos casos.

Procedimentos de entrada em campo e aspectos éticos

Este artigo tem origem em um projeto de maior amplitude, centrado na atuação escolar frente aos processos autolesivos na adolescência, que foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CAAE nº 48143721.4.0000.5152), seguindo, dessa maneira, as condições estabelecidas pela Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa.

Após aprovação do protocolo de pesquisa pelo CEP, realizou-se contato telefônico com os diretores das duas escolas participantes da pesquisa no mês de outubro de 2021, para divulgar o estudo e solicitar alguns dados da escola, como número de alunos e de professores, bem como a existência de levantamento prévio junto aos diretores sobre algum caso de autolesão com os alunos dessas escolas. Foi solicitado aos diretores que fizessem o envio do *link* do questionário aos professores que atendiam aos “critérios de inclusão”, por *e-mail* ou *WhatsApp*. Destaca-se que o contato telefônico e por *e-mail* se justificam pela etapa de campo da pesquisa ter sido iniciada em 2021, segundo ano da pandemia de Covid-19, momento em que o distanciamento social foi parcialmente

respeitado no Brasil e as escolas encontravam-se ofertando conteúdos de maneira remota aos alunos. Nesse contexto, o protocolo de pesquisa previa contatos e aplicações de instrumento de modo remoto.

Foi disponibilizado *e-mail* e celular do pesquisador, caso algum participante tivesse necessidade de discutir qualquer ponto do TCLE ou elucidar sua participação na pesquisa antes de preencher o questionário. O período de coleta de dados ocorreu nos meses de outubro e novembro de 2021. Nessa etapa, a equipe de direção escolar foi orientada a informar que o professor/potencial participante da pesquisa que não fornecesse a autorização para repasse do telefone, ou não quisesse participar, não seria prejudicado quanto às funções trabalhistas junto à escola. Todos os participantes do estudo receberam uma cópia do TCLE por *e-mail* e/ou *WhatsApp*.

Na apresentação deste artigo, foram suprimidas informações como forma de preservar a identidade dos participantes (ex.: nome da escola, nome dos participantes).

Análise de dados

O tratamento dos dados produzidos pelos questionários envolveu a abordagem quanti-qualitativa, pois ocorreu a descrição da frequência de resposta às questões fechadas do questionário, cujo cálculo foi realizado pelos recursos do próprio formulário (*Google Forms*). Portanto, trata-se de estatística descritiva (frequência e porcentagem). Sequencialmente, realizou-se a análise qualitativa sobre as questões abertas do questionário, visto que esse instrumento não tenta padronizar as respostas e possibilita analisá-las sem prender-se à sua significação estatística, mas “produzir informação sobre um grupo, bem como sobre os sujeitos singulares que o constituem, sendo informações complementares ao que nos interessa conhecer” (González Rey, 2017, p. 176), o que permite a construção de hipóteses e afirmações sobre o tema em estudo.

Resultados e discussão

Caracterização dos participantes

A Tabela 1 apresenta as características sociodemográficas dos 12 professores participantes que foram o objeto do estudo. Conforme observa-se na (Tabela 1), abaixo, quanto ao sexo, a amostra se dividiu igualmente entre masculino e feminino. Do total, 59% se declararam brancos e 41% pardos. Quanto à idade, 75% tinham entre 40 e 49 anos de idade; 83% tinham filhos e 75% eram casados ou em união estável. Quanto à escolaridade, 66%

tinham pós-graduação *lato sensu*. Destes, 34% tinham licenciatura em Matemática, 25% em História e 25% em Letras. Sobre o tempo de atuação como docente, 33% possuíam entre 10 e 15 anos e 33% acima de 16 anos. Todos trabalhavam unicamente como professor/a, sendo 59% em mais de uma escola e 41% em uma única unidade de ensino. Do total de participantes, 33% trabalhavam em uma jornada de 40 horas e 33% de 60 horas semanais. Ademais, 41,5% afirmaram que já atuavam entre 6 e 10 anos na mesma unidade escolar.

Tabela 1
Caracterização sociodemográfica dos professores participantes das escolas A e B

Característica	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Sexo		
Masculino	06	50%
Feminino	06	50%
Raça/cor		
Pardo	05	41%
Branco	07	59%
Idade (anos)		
32 a 39	3	25%
40 a 49	9	75%
Estado civil		
Casado/ União estável	9	75%
Solteiro	3	25%
Número de filhos		
01	4	33%
02 ou mais	6	50%
Não possui	2	17%
Escolaridade		
Ensino Superior	3	25,5%
Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	8	66%
Mestrado	1	8,5%
Formação em Licenciatura		
História	3	25%
Matemática	4	34%
Letras	3	25%
Ciências biológicas	1	8,5%
Geografia	2	17%
Pedagogia	2	17%
Tempo de atuação como docente		
Menos de 5 anos	1	8,5%

De 06 a 10 anos	3	25,5%
De 11 a 15 anos	4	33%
Acima de 16 anos	4	33%
Trabalha unicamente como professor/a		
Sim, e em mais de uma escola	07	59%
Sim, e em uma única escola	05	41%
Carga horaria semanal		
Até 30 horas	1	8,5%
40 horas	4	33%
De 41 a 50 horas	3	25,5%
60 horas	4	33%
Há quantos anos trabalha nesta unidade escolar		
Até 2 anos	4	33%
De 3 a 5 anos	1	8,5%
De 6 a 10 anos	5	41,5%
Mais de 10 anos	2	17%

Nota. Tabela elaborada pelos autores.

Identificação e atuação dos professores frente aos casos de autolesões provocadas pelos alunos

Nesta seção, serão apresentados resultados referentes ao processo de identificação dos casos de autolesão praticada pelos alunos, bem como as ações realizadas pelos professores após perceberem a situação.

Do conjunto de 12 professores, 8 (66,7%) afirmaram que já ter lecionado para aluno(a) que praticava violência contra si, enquanto dois disseram não ter certeza e dois relataram que não.

Sobre a forma como perceberam as autolesões praticadas pelos alunos, a maioria (sete professores) disse que outras pessoas os informaram sobre os casos. Entre os 12 participantes, dois professores optaram em não responder essa questão. Sobre a dificuldade dos professores em observarem a prática autolesiva, o estudo de Alves (2020) destaca que os adolescentes tendem a esconder as marcas das autolesões, bem como evitam falar sobre elas, o que dificulta o processo de identificação desse comportamento nos discentes.

Entre os participantes, apenas três conseguiram identificar a prática de

autoviolência pelos estudantes. Destes, um professor descreveu ter percebido essa prática pelo comportamento tristonho do aluno que, às vezes, chorava e era faltoso; dois conseguiram identificar esses comportamentos por meio de observações, sem proporcionar maiores detalhes ou informações. Corroborando com a fala dos professores participantes do estudo, Aratangy, et al. (2018) apontam que, apesar de os adolescentes buscarem esconder, os sinais de autolesão podem ser identificados, uma vez que são produzidos, geralmente, em locais de fácil visualização, como pernas e braços, e tendem a deixar marcas e cicatrizes. Os autores acima ressaltam ainda a necessidade de observar a utilização de roupas que visam cobrir o corpo e podem estar escondendo marcas sobre a pele, como mangas longas, calças, meias altas e pulseiras, mesmo em períodos com calor intenso, como é o caso do Centro-Oeste brasileiro, onde a pesquisa foi desenvolvida.

O tipo de autolesão mais observado pelos participantes foi o corte na pele, também citaram o ato de beliscar-se repetidamente até se ferir e provocar machucados ou perfurações na pele. Segundo o DSM-5 (APA, 2014), esse tipo de autolesão, ou seja, infligir lesões superficiais à pele, mesmo que dolorosas, se apresenta como umas das características essenciais para o diagnóstico da autolesão não suicida.

Após identificarmos o tipo de autolesão provocada pelos alunos segundo percepção dos professores, buscamos identificar se os participantes percebiam que esses comportamentos autolesivos possuíam ou não intenção suicida e que quatro professores entendiam que os alunos tinham intenção de morrer, enquanto três deles afirmaram que não sabiam dizer, e três responderam negativamente. Nessa questão, houve a abstenção de respostas por parte de dois professores. Identificar a existência de intenção na prática de violência autodirigida é relevante, segundo Sant'Ana (2019), pois autolesão também expressa uma forma de enfrentamento aos conflitos vivenciados pelo adolescente, descartando a ideia de senso comum que relaciona a prática à necessidade de chamar a atenção para si. Neste sentido, é preciso avaliar se o adolescente se encontrar em situação de vulnerabilidade emocional, os riscos envolvidos, e a necessidade de apoio e suporte para enfrentar a situação vivenciada.

Sobre a percepção dos professores participantes frente aos casos de autolesão provocados pelos alunos, quando questionados sobre a forma como se sentiram diante da situação, estes afirmaram que ficaram tristes, preocupados, impotentes. Um participante relacionou esses sentimentos ao fato de ter experienciado o mesmo com um parente muito próximo. Relataram também que sentiam a necessidade de ajudar os alunos que praticavam as autolesões.

O tema mobilizou os docentes, seja por se relacionar a situações de vida pessoal, seja por sensação de impotência e necessidade de agir. Bastos (2019) ressalta a importância de preparar os professores para lidarem com essa demanda crescente da violência autodirigida, sugerindo o estabelecimento de parcerias com faculdades e universidades, visando a oferta de treinamento, *workshops* e distribuição de informes sobre a temática. Essa ideia também é defendida por Alves (2020) ao relatar que, na sociedade atual, muitos adolescentes passam mais tempo na escola que em casa com a família, de forma que as relações sociais estão,

muitas vezes, restritas ao contexto escolar. O professor torna-se, então, fundamental ao exercer seu papel, também no fomento de parcerias necessárias com outros profissionais da rede compartilhando as informações obtidas no convívio diário com os alunos, e ao receber o suporte da equipe multidisciplinar, proporcionar subsídios aos discentes e familiares, visando a identificação e resolução dos problemas.

Os participantes também foram questionados sobre o modo como agiam frente à percepção de práticas de autolesão entre os alunos. Após identificarem ou serem informados sobre a autoviolência, os participantes afirmaram que comunicaram à coordenação da escola e buscaram uma aproximação para tentarem ajudar de alguma forma, como exemplo, buscando diálogo com o aluno, de maneira empática. Corroborando com a fala dos professores, Aratangy et al. (2018) descrevem a importância de apresentar-se de modo empático ao descobrir que o adolescente está se autolesionando, a partir de diálogo acolhedor, buscando compreender os problemas enfrentados pelo adolescente. Esses autores sugerem que sejam evitadas falas repreensivas e que foquem nas lesões realizadas ou até mesmo atitudes como falas exageradas, ameaças ou repulsa. O aluno deve ser incentivado a procurar ajuda de profissionais, como psicólogo ou psiquiatra, cabendo à escola buscar, de alguma maneira, levar orientações aos pais e /ou familiares do adolescente.

Preparação de professores para lidarem com violência autoprovocada por alunos

A partir das respostas sobre as ações dos professores participantes frente à violência autoprovocada por alunos, procuramos identificar se a escola desenvolvia programas e /ou projetos que tratavam a temática da autolesão, sendo as respostas compiladas na tabela 2, serão apresentadas as ações das unidades escolares para preparo de professores para lidarem com as ocorrências de autolesões provocadas pelos alunos.

Quando questionados se, na escola, na época em que a situação de autoviolência aconteceu, existia algum projeto ou programa para lidar sobre esta situação (Tabela 2), apenas

33,3% deles afirmaram que sim, enquanto 50% descreveram que não havia e 16,7% optaram em não responder à questão.

Tabela 2

Ações das unidades escolares na preparação dos professores para lidarem com as ocorrências de autolesões provocadas pelos alunos

Característica	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
Na escola, na época em que a situação de autoviolência aconteceu, existia algum projeto ou programa para lidar sobre esta situação? N=12		
Sim	4	33,3%
Não	6	50%
Não responderam	2	16,7%
Você já recebeu capacitação ou treinamento para lidar com violência autoprovocada por alunos? N=12		
Sim	1	8,34%
Não	11	91,66%
Os professores deveriam ser capacitados para lidar com esta situação? N=12		
Sim	12	100%
Justifique sua resposta à pergunta anterior: Por que você considera que professores devem ou não receber capacitação para lidar com a violência autoprovocada por alunos? N=12		
Para que as atitudes sejam tomadas imediatamente, evitando maiores complicações	1	8,34%
Às vezes, não sabemos como chegar nesse aluno	1	8,34%
Porque é necessário lidar com o problema de maneira mais assertiva	2	16,68%
A capacitação traz à tona estar ligado a assuntos que, em alguns momentos, ficam longe de nossos olhos	1	8,34%
Para saber como lidar com o(a) aluno(a)	6	50%
Por necessidade	1	8,34%
Na opinião dos professores, a escola deve desenvolver algum projeto ou programa para lidar com as situações de violência autoprovocada por alunos? N=12		
Sim	10	83,4%
Sim, com capacitação.	1	8,34%
Sim. Na verdade, acredito que em todas as escolas deveria ter um psicólogo ou profissional habilitado.	1	8,34%

Nota. Tabela elaborada pelos autores.

Na tentativa de compreendermos como a instituição lidava com a preparação do profissional para enfrentar a situação da autolesão, questionamos os professores sobre a escola ofertar capacitação ou treinamento para tal e entre os 12 respondentes, apenas um participante declarou ter recebido uma capacitação, ocorrida em 2019, com duração de 4 horas. Reforçando a necessidade do desenvolvimento de ações práticas para trabalharem a temática apontada pela literatura (Alves, 2020; Bastos, 2019), todos os participantes afirmaram que os professores deveriam ser capacitados para lidarem com essa situação. Ao justificarem sua resposta para esta necessidade, 50% relataram que a

capacitação se torna importante para o professor saber como auxiliar o(a) aluno(a) e 16,68% porque é necessário tratar o problema de maneira mais assertiva. Todos consideraram que a escola deve desenvolver algum projeto ou programa para trabalhar com as situações de violência autoprovocada por alunos.

Fica destacado, portanto, que os professores dessas unidades escolares que participaram da pesquisa não se sentiam preparados para enfrentarem essa demanda crescente e preocupante dos atos autolesivos na adolescência. Essa preocupação vem ao encontro do ECA, que garante às crianças e adolescentes o “direito à proteção à vida e à

saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência” (ECA, 2019, pp. 16-17). O mesmo documento, como já destacado, afirma também que é dever de todo e qualquer cuidador, independente de vínculo sanguíneo, zelar pela total inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança/adolescente, protegendo-o de ações que possam provocar atos vexatórios e constrangedores.

Essa carência de apoio para que os professores consigam lidar com os processos autolesivos é destacada no estudo de Ribeiro, Leite e Couto (2022), que citam ainda a importância do trabalho dos profissionais de saúde mental e de atenção psicossocial compondo a equipe escolar nas frentes da prevenção de agravos e promoção da saúde. Além disso, podemos apontar que as equipes da Rede de Atenção Psicossocial, com ênfase de atuação no território, podem estabelecer ações em diálogo com as escolas locais, a partir dos problemas por estas enfrentados, abrindo espaços para a promoção de saúde seja na unidade de saúde, seja na escola, ou em outro ponto do território. Reforçando essas afirmações, Tardivo et al. (2019) citam a necessidade de que sejam criados programas de atenção e cuidados a estes adolescentes, bem como a seus pais e cuidadores, e abrangendo toda a comunidade com ações que venham a prevenir a prática da autolesão.

Ainda nesse contexto, a OMS relata a importância desse tema ser trabalhado com os componentes da comunidade escolar: “Os programas de educação na escola podem ajudar os professores a aprenderem como identificar estudantes potencialmente suicidas e a treinarem os estudantes para a conscientização de como podem ser úteis para os seus colegas com problemas” (OMS, 2006, p. 22), pois a minoria dos alunos com ideações suicidas contará a um adulto, mas, provavelmente, pedirá ajuda aos amigos, tornando-se relevante o preparo dos colegas

para atuarem como conselheiros nessas situações.

Os participantes evidenciaram que, apesar de todo esforço, a unidade escolar ainda não possui documentos, como registros ou relatórios relacionados às ocorrências de atos autolesivos registrados. Ressaltaram ainda que sentem falta de materiais autoexplicativos como folders, flayers e cartazes educativos que sejam utilizados como forma de prevenção dessas ocorrências, podendo ser compartilhados.

Um dos participantes destacou que acreditava “[...] que em todas as escolas deveria ter um psicólogo ou profissional habilitado”. Essa fala nos remete à ideia de um psicólogo que atua no cenário escolar e pode ocupar um lugar de especialista, que tem respostas prontas para os problemas enfrentados. Se a Lei 13.935/2019 indica a obrigatoriedade de presença de psicólogo(a) no contexto escolar, ela não delimita os modos de atuação desta profissional. Deste modo, é importante apontar que o psicólogo escolar não deve aceitar este lugar de especialista que lhe é, muitas vezes, imposto, pela expectativa de outros atores escolares. A perspectiva de atuação deve envolver toda a escola na busca de propostas para os problemas enfrentados, valorizando –se docentes, pais, alunos e equipe pedagógica, e evitando-se visões medicalizantes/patologizantes (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Considerações finais

Este artigo buscou identificar como os professores identificavam as autolesões em adolescentes e quais ações eram realizadas após tomarem conhecimento dessas práticas.

Desenvolver pesquisa no primeiro ano da pandemia foi, certamente, um desafio, seja pela necessidade de adaptar instrumentos para aplicação remota, seja pelo contato que, por e-mail ou telefone, é, certamente, mais impessoal que o contato direto, presencial. Ainda assim, o instrumento utilizado pareceu ser um bom veículo para alcançar as informações no

momento de pandemia e que exigia das pessoas isolamento e distanciamento social. Por meio do questionário *online*, os professores puderam contribuir significativamente com a elaboração do estudo e conhecimento da atuação escolar frente aos processos autolesivos na adolescência. É possível avaliar que, em um estudo presencial, possivelmente, outros docentes teriam aceitado participar, pois o formulário foi “mais um” momento remoto, em um cotidiano docente já amplamente preenchido por ações *online* para ensino, reuniões e preparação/ correção de materiais pedagógicos.

Como os professores participantes demonstraram possuir grande dificuldade em perceberem a ocorrência dos casos de violência autodirigida e ainda relataram que não se sentiam preparados para lidarem com essa demanda, fica a preocupação sobre a implementação da lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019, que instituiu a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio. A lei aponta a necessidade de notificação, mas parte dos professores sequer percebeu a autoviolência, tendo sido informada por outrem. Chama atenção, nos resultados, a alta carga de trabalho semanal de alguns participantes, para além de 60 hs, o que requer a reflexão sobre as condições de trabalho frente a mais uma exigência que seria a notificação de violência autodirigida pela escola. Portanto, descortina-se aqui, a necessidade de refletir sobre as condições de trabalho (carreira, salários, formação continuada) dos professores e a existência de mais uma atividade nada banal – a notificação, criando ainda mais sobrecarga de trabalho, além de permitir o questionamento sobre ser a escola local de prevenção e notificação de violência autodirigida.

Também não foram ofertadas ações de capacitação para discutir o tema, implicando em sensação de impotência, surgindo a figura do psicólogo(a) escolar inserido na equipe multiprofissional como possibilidade de resolução, o que pode ser uma visão romantizada sobre a atuação desse profissional como aquele que porta soluções para os

problemas, sem diálogo que sinalize uma construção que precisa ser coletiva. O(a) psicólogo(a) escolar possui um papel relevante no processo educacional, pois cabe a ele(a), por intermédio da atuação das equipes multiprofissionais seguindo o projeto político-pedagógico da escola, desenvolver ações que visam a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem, com a participação da comunidade escolar, atuar na mediação das relações sociais e institucionais

Portanto, sugere-se ainda aos profissionais de saúde mental, em especial aos docentes da área da Psicologia, que pensem, junto aos acadêmicos do curso, ações como projetos de extensão, que visem capacitar profissionais e alunos dos ensinos Fundamental e Médio das escolas públicas, a lidarem com essa situação, bem como lutar pela efetivação e regulamentação da legislação que garante a inserção do profissional de psicologia no contexto escolar. Um programa que integra as políticas públicas de saúde no Brasil, “Saúde na escola”, menos difundido do que deveria, poderia ser a ponte entre os serviços de saúde e as unidades escolares. Ele foi criado pela parceria entre os Ministérios da Saúde e da Educação pelo Decreto Presidencial nº 6.286/2007, a partir do entendimento de que a escola é espaço privilegiado para práticas tanto de promoção de saúde quanto de prevenção de agravos à saúde e de doenças. Implica no fomento da articulação entre escolas e unidades de saúde para desenvolvimento de ações voltadas ao desenvolvimento integral do estudante e permitir a participação da comunidade escolar em programas e projetos voltados ao enfrentamento das vulnerabilidades. Esse programa prevê, dentro da avaliação do aluno, a atenção a aspectos psicossociais; o estreitamento da relação saúde-escola com a formação continuada dos profissionais da escola; o estímulo à formação de grupo de suporte de pares por parte dos alunos. Portanto, a implementação desse programa pode ser compreendida como um passo importante para o desenvolvimento de ações de promoção de saúde na escola, encaminhamento e diálogo com a rede de

saúde/ rede psicossocial e para o bem-estar de corpo docente e discente (Brasil, 2011).

Esta pesquisa contribui para a reflexão sobre uma temática relevante, que é a violência autodirigida praticada por adolescentes, e buscou identificar de que modo os professores percebem tais práticas e que condutas decorrem disso. Como limites, o recorte da pesquisa foi construído apenas com informações advindas de um questionário, sendo, portanto, compreendido como um estudo exploratório e que envolveu apenas duas unidades educacionais. Como contribuição, o estudo abre caminhos para a necessidade de diálogo entre setores que atendem conjuntamente os adolescentes – a educação e a saúde.

Esta pesquisa contribui para a reflexão sobre uma temática relevante, que é a violência autodirigida praticada por adolescentes, e buscou identificar de que modo os professores percebem tais práticas e que condutas decorrem disso. Como limites, o recorte da pesquisa foi construído apenas com informações advindas de um questionário, sendo, portanto, compreendido como um estudo exploratório e que envolveu apenas duas unidades educacionais. Como contribuição, o estudo abre caminhos para a necessidade de diálogo entre setores que atendem conjuntamente os adolescentes – a educação e a saúde.

Referências

- Alves, B. L. (2019). *Perfil epidemiológico e clínico de pacientes com transtorno de autolesão não suicida* (Monografia de Conclusão de Curso). Pós-Graduação em Gestão de Instituições Federais de Ensino Superior, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/32783>
- Alves, R. L. (2020). *Automutilação na adolescência: descrição de projetos interventivos e preventivos desenvolvidos em escolas públicas da região administrativa do Gama – DF* (Dissertação de Mestrado). Escola de Saúde e Medicina, Universidade Católica de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/tede/2755/2/RaquellLimaAlvesDissertacao2020.pdf>
- American Psychiatric Association [APA]. (2014). *Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais: DSM-5* (5a. ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Aragão Neto, C. H. A. (2019). *Autolesão sem intenção suicida e sua relação com ideação suicida* (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil. Recuperado de <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37075>
- Aratangy, E. W., Russo, F. L., Giusti, J. S., & Cordás, T. A. (2018). *Como lidar com a automutilação. Guia prático para familiares, professores e jovens que lidam com o problema da automutilação*. São Paulo, SP: Hogrefe.
- Azevedo, A. E. B. I., Eisenstein, E., Bermudez, B. E. B. V., Fernandes, E. C., Oliveira, H. F., Hagel, L. D., ... Martins, R. E. (2019). Autolesão na adolescência: como avaliar e tratar. Guia Prático de Atualização. Sociedade Brasileira de Pediatria. Recuperado de <http://www.codajic.org/sites/default/files/sites/www.codajic.org/files/48.%20Autoles%C3%A3o%20na%20adolesc%C3%Aancia%20como%20avaliar%20e%20tratar.pdf>
- Bastos, E. M. (2019). Automutilação de adolescentes: um estudo de caso em escola

- pública de Fortaleza. *Educação, Psicologia e Interfaces*, 3(3), 156-191. doi: 10.37444/issn-2594-5343.v3i3.167
- Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. (2011). *Passo a passo PSE. Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade*. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Recuperado de https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/passos_a_passo_programa_saude_escola.pdf
- Castro, Y. A. V., & Couto, V. V. D. (2021). Escuta clínica a adolescentes que se cortam: um olhar para o corpo e o vínculo materno na perspectiva da psicanálise. *Contextos Clínicos*, 14(3), 827-849. doi: 10.4013/ctc.2021.143.05
- Conselho Federal de Psicologia [CFP]. (2013). *Referências técnicas para atuação de Psicólogas(os) na Educação*. Brasília: CFP.
- Demantova, A. G. (2017). *Escarificações na adolescência: corpo atacado, corpo marcado* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. Recuperado de <https://teopsic.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/2021/06/DISSERTACAO-Aline-Demantova.pdf>
- Fonseca, N. P. H., Silva, A. C., Araújo, L. M. C., & Botti, N. C. L. (2018). Autolesão sem intenção suicida entre adolescentes. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 70(3), 246-258. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arbp/v70n3/17.pdf>
- Gatti, B. A. (2006). Pesquisar em educação: considerações sobre alguns pontos-chave. *Revista Diálogo Educação*, 6(19), 25-35. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=189116275003>
- González Rey, F. (2017). *Pesquisa Qualitativa e Subjetividade: os processos de construção da informação*. (6ª. ed.) São Paulo, SP: Cengage Learning.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]. (2020). *Projeções da população por sexo e idades*. Rio de Janeiro, RJ: IBGE. Recuperado de <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9109-projecao-da-populacao.html?=&t=resultados>.
- Lei nº 13.819, de 26 de abril de 2019. *Dispõe sobre a Política Nacional de Prevenção da Automutilação e do Suicídio, a ser implementada pela União, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios*. Recuperado de <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n%C2%BA-13.819-de-26-de-abril-de-2019-85673796>
- Lei nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. *Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica*. Presidência da República. Secretaria Geral. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm
- Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. *Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente [ECA] e dá outras providências (ECA versão 2019)*. Recuperado de <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>
- Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2006). *Prevenção ao Suicídio: um recurso para conselheiros. Departamento de Saúde Mental e Abuso de Substâncias. Gestão de Perturbações Mentais e de doenças do Sistema Nervoso*. Organização Mundial de Saúde, Genebra, Suíça. Recuperado de https://www.who.int/mental_health/media/counsellors_portuguese.pdf
- Pegoraro, R. F., & Vicentin, M. C. G. (2022). Comecei para aliviar a dor: algumas pistas

- sobre autolesão em adolescentes/jovens. *Psicologia em Pesquisa*, 16(1), 1-25. doi: 10.34019/1982-1247.2022.v16.32538
- Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. (2016). *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais cujos procedimentos metodológicos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes ou de informações identificáveis ou que possam acarretar riscos maiores do que os existentes na vida cotidiana*. Recuperado de <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Ribeiro, A. C. O. P., Leite, R. F. D., & Couto, V. V. D. (2022). Autolesão em estudantes adolescentes de uma escola pública. *REFACS*, 10(1), 135-44. doi: 10.18554/refacs.v10i1.5000
- Sant'Ana, I. M. (2019). Autolesão não suicida na adolescência e a atuação do psicólogo escolar: uma revisão narrativa. *Revista de Psicologia da IMED*, 11(1), 120-138. doi: 10.18256/2175-5027.2019.v11i1.3066
- Silva, L. G. M., & Ferreira, T. J. (2014). O papel da escola e suas demandas sociais. *Projeção e docência*, 5(2), 06-23.
- Recuperado de <https://revista.faculdadeprojecao.edu.br/index.php/Projecao3/article/view/415>
- Souza, C. S., Puentes, R. V., & Silva, S. M. C. (2017). A docência com adolescentes sob o olhar do professor: enfoque Histórico-cultural. *Psicologia Em Estudo*, 22(4), 529-537. doi: 10.4025/psicoestud.v22i4.38995
- Tardivo, L. S. P. C., Rosa, H. R., Ferreira, L. S., Chaves, G., & Pinto Júnior, A. A. (2019). Autolesão em adolescentes, depressão e ansiedade: um estudo compreensivo. *Boletim Academia Paulista de Psicologia*, 39(97), 157-169. Recuperado de <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/bapp/v39n97/a02v39n97.pdf>
- Tostes, G. W. (2017). *Dor cortante: sofrimento emocional de pessoas que se autolesionam* (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, SP, Brasil. Recuperado de <http://tede.bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br:8080/jspui/handle/tede/947>

Dados sobre os autores:

- *Wesley Júnior da Silva*: Docente de Nível Superior nos cursos de Psicologia, Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Estética e Cosmética, Nutrição, Odontologia, Pedagogia e Tecnólogo em Radiologia. Atua como Coordenador do NAP - Núcleo de Apoio Psicopedagógico da Faculdade Santa Rita de Cássia-UNIFASC; Ex-Coordenador do Curso de Psicologia da Faculdade Santa Rita de Cássia-UNIFASC; Psicólogo Clínico; Psicólogo Educacional e Palestrante; possui graduação em Psicologia pelo Instituto Luterano de Ensino Superior de Itumbiara-GO/ULBRA (2011), MBA em Gestão de Pessoas pela Faculdade Pitágoras de Uberlândia-MG (2013), Mestrando em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia-UFU.
- *Renata Fabiana Pegoraro*: Docente do Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Uberlândia. Atua como professora permanente do Mestrado em Psicologia do IP-UFU. Possui graduação em Psicologia pela Universidade de São Paulo - Campus Ribeirão Preto (1996), especialização em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de São Carlos, mestrado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2002) e doutorado em Psicologia pela Universidade de São Paulo (2007). Concursada junto à UFU desde 2014, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão na área da saúde/saúde mental. Desenvolve pesquisas na área de Psicologia e Políticas Públicas de saúde/saúde mental.

Agradecimentos:

Ao CNPq pela bolsa de produtividade da segunda autora.

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.
